

Filipa Riacho

De: 4137 [4137@solicitador.net]
Enviado: quarta-feira, 27 de abril de 2016 23:48
Para: CAAJ - Correio Oficial
Assunto: Anuncio 1/2016 - Constituição de interessados e apresentação de contributo
Anexos: contributo CAAJ.pdf

Importância: Alta

Boa noite Ex.mo Senhor Presidente
da Comissão para Acompanhamento dos
Auxiliares da Justiça (CAAJ)

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA
Entrada / 2041/2016
Processo nº 37/2016
Data 28/04/2016

os meus sinceros cumprimentos.

Serve o presente email, para respeitosamente remeter cópia da missiva remetida hoje, via CTT cuja cópia se anexa para melhor apreciação.

Ao vosso dispor,

Armanda Magalhães



Armanda Magalhães, Mauricio Carvalho & Associados, Sociedade de Solicitadores e Agentes de Execução, RL
Estrada da Circunvalação, 12252 - 2º sala 2.02 (Edifício Rivitex)
4460-282 Senhora da Hora
Tlf 220 105 000 - Fax 220 105 004 TM 914 175 025

Armanda Magalhães, Maurício Carvalho & Associados, Sociedade de Solicitadores e Agentes de Execução

Ex mo Sr. Presidente

da Comissão para o Acompanhamento dos

Auxiliares da Justiça

Armanda Magalhães, Maurício Carvalho & Associados, Sociedade de Solicitadores e Agentes de Execução, NIPC 509.702.457, inscrita na OSAE com o número 100087, aqui representada pelos seus únicos e actuais sócios, Armanda Magalhães e Maurício Carvalho, agentes de execução com cédula profissional número 4137 e 3892 respectivamente, vêm, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA , e em conformidade com o anúncio 1/2016 da CAAJ, publicado na sítio da Internet,

requer a V. Exa.,

a constituição da sociedade supra mencionada, como interessada no procedimento com vista apresentação de contributos para a fixação do número máximo de processo judiciais a distribuir a cada agente de execução e sociedade de agentes de execução, requerendo simultaneamente a admissão do contributo que se anexa.

Senhora da Hora, 27 de abril de 2016

E.D

(A.E.Armanda Magalhães)

(A.E.Maurício Carvalho)

Contributo para a fixação do número máximo de processo judiciais a distribuir a cada agente de execução e sociedade de agentes de execução

Introdução

Em 2003, aquando da reforma da acção executiva instituída pelo DL nº 38/2003, de 8 de Março, o então solicitador de Execução era designado pelo exequente ou pela secretaria, de entre os inscritos na comarca ou em comarca limítrofe, ou, na sua falta, de entre os inscritos em outra comarca do mesmo círculo judicial.

Essa forma de designação do agente de execução, que na opinião de alguns, foi determinante e decisivo para que a reforma da acção executiva de 2003 fosse um fracasso, tendo conduzido a uma situação pior do que a anterior.

Essa e outras situações, levou o legislador a proceder a alterações significativas com a publicação da Lei n.º 14/2006, de 26 de Abril, passando o agente de execução a ser designado pelo exequente de entre os inscritos em qualquer comarca.

Esta alteração, levou naturalmente, a que os escritórios dos agente de execução, e as sociedades de agentes de execução entretanto constituídas, (que se viram nomeados nos processo executivos), criassem estruturas, não só em termos de recursos humanos como de instalações e meios informáticos capazes de responder às exigências legais, tudo por força dessas mesmas alterações legislativas.

Decorre da referida premissa o nosso primeiro contributo:

Período de adaptação adequado à dimensão actual de cada escritório de agente de execução ou de cada sociedade de agentes de execução. A contingentação, a ser implementada, deveria ter em conta a dimensão actual dos escritórios e sociedades de agentes de execução.

A implementar-se, deveria respeitar-se um período de ajustamento. Por exemplo, um escritório que tivesse recebido 5.000 processos não poderia de um ano para o outro receber apenas 1.000 processos, sob pena de não conseguir cumprir com as suas responsabilidades/ compromissos mensais, ou seja, correndo o risco do agente de execução/sociedade não conseguir suportar a responsabilidade económica perante os seus funcionários/colaboradores, bem como fornecedores de serviços, se a quantidade de trabalho vier a diminuir drástica e repentinamente.

Contingentação por agente de execução ou por sociedade

Face às alterações estatutárias recentes, e a possibilidade de realização de contractos de trabalho com agentes de execução, e dadas as vantagens claras, de se trabalhar em sociedade, mas cientes de que nem sempre é possível gerir conflitos societários com elevado numero de sócios, os agentes de execução que não sejam sócios deveriam e poderiam contar para o número de processos que a sociedade viesse a receber.

A contingentação deve tratar de forma diferenciada aquilo que são processos executivos diferentes:

- a) **Tipo de título executivo.**
Um título executivo extrajudicial, nomeadamente um contrato de mutuo com hipoteca, o chamado crédito hipotecário, requer uma tramitação diferente, porque é mais longa e morosa, do que uma injunção ou uma sentença.
Valor de ação.
As ações executivas do crédito hipotecário têm valores médios e incomparavelmente maiores do que os valores de acções interposta por exemplo por outras empresas privadas, prestadores de serviços. Esse facto, determina honorários muito diferentes, por força da percentagem pelos resultados obtidos.
- b) **Número de executados.** A dificuldade e o tempo de tramitação de uma ação executiva com apenas um executado são diferentes daquelas que existem múltiplos executados.
- c) Por outro lado, um processo executivo convolado após PEPEX, é menos trabalhoso do que a acção executiva sem convolação

A serem acolhidas as propostas elencadas, cremos ter contribuído, para uma maior justiça e clareza para a fixação do número máximo de processo judiciais a distribuir a cada agente de execução e sociedade de agentes de execução.

Os sócios,

Armanda Magalhães, Maurício Carvalho & Associados, Sociedade de Solicitadores e Agentes de Execução